

PARECER JURÍDICO/2022

PROCESSO ADIMINISTRATIVO Nº 001.0001585/2022

ASSUNTO: Dispensa de Licitação Nº 035/2022

INTERESSADO: Município de JUREMA/PI.

EMENTA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS COM REVESTIMENTO, INSTALAÇÃO DE BOMBAS SUBMERSA, PARA ATENDER DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUREMA – PI, por Dispensa de Licitação. Fundamento jurídico: Art. 72, e Art. 75, I, da Lei Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, atualizado pelo Decreto Nº 10.922, de 30 de Dezembro de 2021.

Trata o presente processo de procedimento de Dispensa de Licitação, requerido pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos do Município de JUREMA - PI, objetivando a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS COM REVESTIMENTO, INSTALAÇÃO DE BOMBAS SUBMERSA, PARA ATENDER DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUREMA – PI, conforme propostas orçamentárias em anexo, levando em conta a mais vantajosa, sendo a proposta oferecida pela empresa FONTE DE ÁGUA VIVA PERFURAÇÕES DE POÇOS LTDA, CNPJ Nº 33.203.972/0001-32, com endereço na RUA AMÉRICO TANURI, 515 B, COHAB 6, CEP: 56.309-00, na cidade der PETROLINA – PI, no valor global de **R\$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais)**.

Considerando que os serviços acima mencionados, são de suma importância e requer urgência, tendo em vista os serviços de perfuração de tubulares em caráter emergencial, visa atender de forma imediata a população da zona rural bem como disponibilização de água para animais, em vista a situação de emergência que passa o município devido ao baixo índice pluviométrico do último ano, onde captação de água das chuvas em barreiros e pequenas barragens foram insuficientes para suprir a necessidades das pessoas bem como dos animais, e sendo ainda, a água imprescindível à vida humana e dos animais, a administração municipal deve de forma imediata atender a sua população, e o transporte de água por caminhões pipas não atende a necessidade, sendo a abertura e instalação de poços tubulares o meio mais rápido para que se possa suprir a necessidade do nosso povo, e dos animais.

Assim como já previa a Lei nº 8.666/93 e Lei 9.648 de 27/05/1998, a Nova Lei de Licitações, 14.133/2021, também estabelece exceções cujo procedimento licitatório

pode resultar dispensável. No caso em tela, exsurge-se a questão da dispensa de licitação por inviabilidade do valor da prestação dos serviços acima aludidos, neste Município, conforme motivação apresentada pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos do Município, caracterizando-se, pois, a situação prevista nos Art. 72, e Art. 75, I, da Lei Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, atualizado pelo Decreto Nº 10.922, de 30 de Dezembro de 2021.

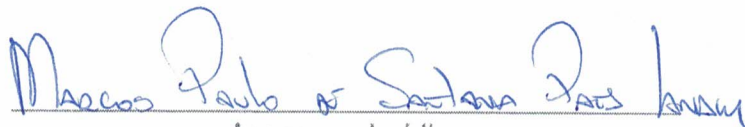
Destarte, consoante a motivação apresentada e com fundamento no Art. 72, e Art. 75, I, da Lei Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, atualizado pelo Decreto Nº 10.922, de 30 de Dezembro de 2021.

Justifica-se legalmente o procedimento administrativo de dispensa de licitação, o que autoriza a Administração Municipal a proceder à contratação para execução de serviços acima mencionados, dentro dos moldes legais pertinentes aos Contratos Administrativos, esculpidos na Lei de Licitações e Contratos.

É o parecer Salvo Melhor Juízo.

Encaminhe-se ao Prefeito Municipal para providências.

JUREMA, PI, em 04 de Agosto de 2022.



Assessor Jurídico

OAB Nº